



Sondagem BIP | 4

A qualidade do jornalismo sobre o “comboio de tempestades” que atingiu Portugal



Pressão Média

Pergunta da sondagem: Como avalia a qualidade da cobertura jornalística da sequência de tempestades que atingiu Portugal entre 22 de janeiro e 8 de fevereiro de 2026?

Disponível ao público entre 5 de março e 29 de maio de 2026

Respondentes: 122

Amostra: não probabilística acidental (não permite generalização estatística)

O que dizem os dados: a cobertura do comboio de tempestades é “Boa”

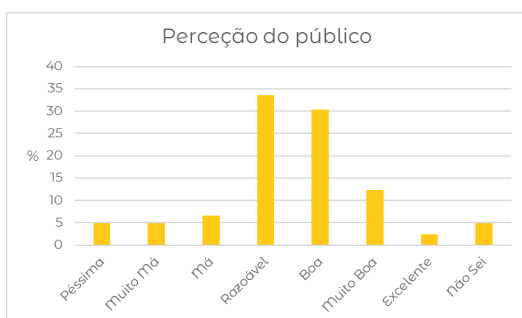


Gráfico 1 – Percepção do público sobre a qualidade da cobertura jornalística do “comboio de tempestades”

O Gráfico 1, que apresenta a distribuição das respostas dos 122 participantes, revela que 33,6% da amostra classificou a qualidade da cobertura jornalística da sequência de tempestades como “Razoável”, tornando esta a categoria mais selecionada (moda). Contudo, importa salientar que uma proporção significativa dos participantes avaliou a cobertura de forma positiva: 45,1% escolheram as categorias “Boa”, “Muito Boa” ou “Excelente”. Dos 122 participantes, 110 (90,1%) têm formação superior: 37,7% são licenciados, 42,6% mestres e 9,8% doutorados. Esta sobre-representação resulta do contexto académico do BIP, uma vez que a divulgação do inquérito junto de públicos externos continua em

curso. Apenas um participante (0,8%) possui o 2.º ciclo do ensino básico e outro (0,8%) o 3.º ciclo. Dez participantes (8,2%) concluíram o ensino secundário. Esta variável mostra um enviesamento que limita a representatividade da população em geral. Quanto à idade dos participantes (Gráfico 2), as faixas etárias dos 30–34 anos (36 participantes) e dos 35–39 anos (15 participantes) são as mais representadas na amostra, seguidas pelos grupos dos 20–24 anos (14 participantes) e dos 25–29 anos (13 participantes).

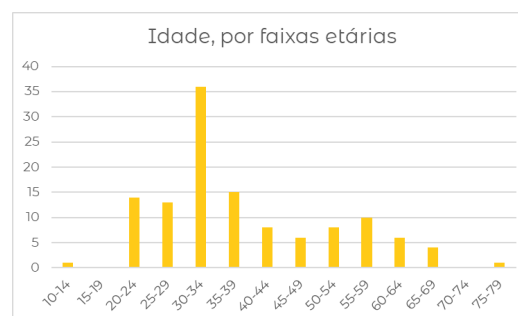


Gráfico 2 – Distribuição dos participantes por faixas etárias

Relativamente à variável “Local de Residência”, Porto (30 participantes; 24,6%) e Braga (22 participantes; 18%) são os locais mais representados. Registam-se ainda participações provenientes de localidades próximas, como Amarante (7 participantes; 5,7%), Monção e Vila Nova

de Gaia (4 participantes; 3,3% cada). No conjunto, a participação proveniente do Norte de Portugal é predominante.

O que dizem a investigação e os especialistas:

A investigação sobre jornalismo de desastres e comunicação do risco indica que a cobertura mediática de fenómenos como a recente sequência de tempestades deve contribuir para que as pessoas entendam o risco e atuem em conformidade (Houston et al., 2019; Lowrey et al., 2007). Os modelos de comunicação de natureza vertical não são eficazes, sendo necessário envolver adequadamente as comunidades locais ao longo de toda a gestão da crise (Stewart et al., 2023). O “comboio de tempestades” constituiu um fenómeno hidrometeorológico, cumulativo e profundamente desestabilizador do ponto de vista social. Antunes et al. (2022) assinalam que, em Portugal, a cobertura dos grandes desastres privilegia sobretudo as ações de socorro, dedicando menor atenção à vulnerabilidade social, à resiliência e à preparação das comunidades. Esta tendência pode ser percebida através da distinção entre cobertura episódica e estrutural dos desastres. A cobertura episódica centra-se nos danos imediatos, no sofrimento humano e na resposta de emergência. A estrutural analisa as vulnerabilidades, a preparação, as políticas públicas e os processos de recuperação a longo prazo. Estudos sobre a cobertura jornalística de desastres noutros contextos identificam padrões semelhantes, mostrando que o jornalismo tende a destacar mais as consequências do que as causas subjacentes e a responsabilização

institucional (Santos & Serato, 2025; Husni, 2025; Oktavian et al., 2026). Uma perspetiva partilhada por Alice Balbé, cuja investigação se centra na cobertura jornalística das alterações climáticas e dos desastres. Embora os participantes neste inquérito tenham avaliado a cobertura jornalística como “Boa”, Balbé considera que a “cobertura esteve mais centrada nas consequências das tempestades, como os prejuízos financeiros, pessoas desalojadas, sem energia, o número de mortes e de ocorrências”, sendo dada menor atenção à explicação dos próprios fenómenos. A investigadora defende que o investimento de Portugal na adaptação às alterações climáticas e na sua mitigação tem sido insuficiente. No entanto, o discurso jornalístico passou rapidamente a destacar a responsabilidade do Governo no apoio às comunidades locais. Carlos Camponez, investigador especializado em jornalismo e práticas jornalísticas, reside numa das regiões mais afetadas e, durante o “comboio de tempestades”, esteve vários dias sem comunicações. Ainda assim, conseguiu seguir as emissões das rádios Antena 1 e TSF, criticando parte da cobertura: “A TSF, na manhã seguinte à grande tempestade, dedicou o seu fórum às equipas de futebol nacionais”. No que respeita ao serviço público de rádio, Camponez considera que a Antena 1 dispõe de jornalistas familiarizados com a região e de profissionais experientes na cobertura de situações de risco. Mas estes não foram enviados para o terreno: “Se fosse em Lisboa, o caso seria bem diferente”. Assinala que, nas primeiras horas após o evento, a cobertura foi praticamente

inexistente na maioria das redações em Lisboa e no Porto. Esta situação está também relacionada com a crescente precarização do jornalismo, algo que ambos os especialistas reconhecem. “O esvaziamento das redações nacionais passou pelo fim das delegações locais, que teriam encontrado forma de comunicar com as redações nacionais e informar sobre a região”, defende Camponez. No que respeita à cobertura de desastres, Alice Balbé refere que esta exige uma abordagem holística, mais difícil de assegurar com menos recursos: “Há menos jornalistas no terreno, os que atuam estão com cada vez menos tempo e condições de trabalho”. Camponez sublinha que a rádio e o jornalismo local, em geral, deveriam ser integrados nos quadros da proteção civil, para as populações não ficarem sem comunicações em situações de desastre. “Não vale a pena dizer às pessoas para terem rádios a pilhas para situações de crise quando, depois, não existe nada para transmitir”, afirma. “A informação ajuda a tomar decisões [nestas] situações e a evitar tornar as condições ainda mais difíceis no território”, acrescenta. No entanto, destaca o papel desempenhado pelos jornais locais na cobertura desta sequência de tempestades: “Deve ter havido um grande esforço de mobilização”, o que pode ajudar a explicar a perceção positiva da cobertura jornalística por parte dos participantes nesta sondagem. Em momentos como este, o jornalismo deve “mediar, informar, descrever”. Para Camponez, “o principal papel dos jornalistas é começar por dizer às pessoas o que se está a passar” e “servir de elo de ligação entre as autoridades e

as populações”, informando sobre recomendações, atitudes e comportamentos. Na sua perspetiva, esta sequência de tempestades “evidenciou o papel importante da informação e do jornalismo de proximidade”.

Alice Balbé observa que ainda há muito por fazer no domínio da prevenção do risco, dado que o jornalismo, em geral, dá resposta a um acontecimento. “A cobertura deve também ser feita após a eclosão do desastre e a longo prazo, a abranger as desigualdades, cobrar das autoridades ações e que incluam medidas não estruturais, mostrar o impacto das decisões políticas e económicas”, defende. A investigadora refere que as alterações climáticas exigem uma abordagem estrutural por parte do jornalismo.

Referências

- Antunes, M. N., da Silva Pereira, S., Zêzere, J. L., & Oliveira, A. E. (2022). Disaster Journalism in Print Media: Analysis of the Top 10 Hydrogeomorphological Disaster Events in Portugal, 1865–2015. *International Journal of Disaster Risk Science*, 13(4), 521–535. <https://doi.org/10.1007/s13753-022-00425-2>
- Houston, J. B., Schraedley, M. K., Worley, M. E., Reed, K., & Saidi, J. (2019). Disaster journalism: fostering citizen and community disaster mitigation, preparedness, response, recovery, and resilience across the disaster cycle. *Disasters*, 43(3), 591–611. <https://doi.org/10.1111/disa.12352>
- Husni, M. (2025). Framing the floods: Temporal shifts and ecological silences in Indonesian media. *Communica: Journal of Communication*, 3(3), 487–500. <https://doi.org/10.61978/communica.v3i3.782>
- Lowrey, W., Evans, W., Gower, K. K., Robinson, J. A., Ginter, P. M., McCormick, L. C., & Abdolrasulnia, M. (2007). Effective media communication of disasters: Pressing problems and recommendations. *BMC Public Health*, 7(1), 97. <https://doi.org/10.1186/1471-2458-7-97>
- Oktavian, W., Dharta, Y., & Susanto, T. (2026). Blaming nature, erasing structural accountability: How Indonesian media framed the 2025-Sumatran floods. *Jurnal Studi Komunikasi*, 10, 291–304. <https://doi.org/10.25139/jsk.v10i1.11409>
- Santos, C. R. P. dos, & Serato, A. C. B. (2025). Análise da cobertura do Jornal Nacional sobre a enchente de 2024, no Acre. *Revista Práxis*, 2, 24–40. <https://doi.org/10.25112/rpr.v2.4188>
- Stewart, I. S., Sevilla, E., Barragán, K., & Menteşe, E. Y. (2023). Disaster risk communication requires dissemination, dialogue and participation. *Nature Reviews Earth & Environment*, 4(12), 805–806. <https://doi.org/10.1038/s43017-023-00506-w>

Rita Araújo, Marco Farrasy
& Inês Mendes

Pós-edição da tradução: Anabela Delgado

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do financiamento do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) 2025-2029.